

A importância da identificação precoce do distúrbio do processamento auditivo central e suas interferências na aprendizagem

The importance of early identification of central auditory processing disorder and its interferences in learning

La importancia de la identificación temprana del trastorno del procesamiento auditivo central y sus interferencias en el aprendizaje

Recebido: 13/07/2020 | Revisado: 28/07/2020 | Aceito: 01/08/2020 | Publicado: 09/08/2020

Merysany Silva dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5186-0794>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: merysany@gmail.com

Sanymary Silva dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9348-1736>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: sanymerysantos@gmail.com

Lídia Andrade Lourinho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7833-9491>

Universidade Estadual do Ceará, Faculdade Luciano Feijão, Brasil

E-mail: lidiandrade67@gmail.com

Resumo

No Distúrbio de Processamento Auditivo Central (DPAC), também denominado como Disfunção Auditiva Central, ou Transtorno do Processamento Auditivo, a criança escuta, mas não compreende bem o que é falado, e esse desajuste é caracterizado pela dificuldade de decodificação dos sons (capacidade de entender o que ouviu); de codificação (capacidade de construir uma informação com base no que ouviu); de prosódia (capacidade de pronunciar corretamente as palavras); e de memória auditiva. No presente trabalho teórico, o objetivo é apontar a importância da identificação precoce do diagnóstico do DPAC e suas interferências na aprendizagem a partir da ótica da Psicopedagogia. Os resultados obtidos com essa pesquisa mostraram que o conhecimento do DPAC e o envolvimento da Psicopedagogia precisam ser mais bem difundidos nos meios escolar e familiar. É de suma relevância que a Psicopedagogia se aproprie de conhecimentos e intervenções sobre essa desordem, e promova intervenções

terapêuticas específicas para trabalhar de forma lúdica as habilidades afetadas, mediando o sujeito em seu processo de aprendizagem. Por fim, percebeu-se que os estudos científicos sobre o DPAC, na área educacional, carecem de pesquisadores que tenham um aprofundamento dentro do contexto psicopedagógico, pois, na literatura, são poucos os achados para além da fonoaudiologia. Encontrando-se muitos embasamentos teóricos e práticos para apoio na área clínica, acredita-se que a Psicopedagogia, ao apropriar-se de conhecimentos sobre o DPAC, poderá definir estratégias que auxiliarão de formas satisfatória e eficiente as intervenções psicopedagógicas destinadas aos indivíduos com o DPAC.

Palavras-chave: Distúrbio de processamento auditivo central; Psicopedagogia; Ensino; Aprendizagem.

Abstract

In Central Auditory Processing Disorder (CAPD), also called Central Auditory Dysfunction or Auditory Processing Disorder, the child listens, but does not understand well what is spoken, and this is characterized by the difficulty of decoding sounds (ability to understand the who heard); coding (ability to build information based on what you heard); prosody (ability to pronounce words correctly); and auditory memory. This theoretical work aims to analyze the importance of early identification in the diagnosis of central auditory processing disorder and its interferences in learning from the perspective of psychopedagogy. The results obtained with this research showed that the knowledge and involvement of psychopedagogy about CAPD needs to be better disseminated in the school and family environment. the affected skills in a playful way, mediating the subject in his learning process. Finally, it is clear that scientific studies on CAPD in the educational field lack researchers who have a deep understanding within the psychopedagogical context, since there are few findings in the literature beyond speech therapy. There are many theoretical and practical foundations for support in the clinical area. It is believed that psychopedagogy, in the appropriation of knowledge about CAPD, may offer strategies that will help psychopedagogical interventions to individuals with central auditory processing disorder in a satisfactory and efficient way.

Keywords: Central auditory processing disorder; Psychopedagogy; Teaching; Learning.

Resumen

En el Trastorno del procesamiento auditivo central (DPAC), también llamado Disfunción auditiva central o Trastorno del procesamiento auditivo, el niño escucha, pero no comprende bien lo que se habla, y esto se caracteriza por la dificultad de decodificar los sonidos (capacidad

de comprender el quien escuchó); codificación (capacidad de construir información basada en lo que escuchó); prosodia (capacidad de pronunciar palabras correctamente); y memoria auditiva. Este trabajo teórico tiene como objetivo analizar la importancia de la identificación temprana en el diagnóstico del trastorno del procesamiento auditivo central y sus interferencias en el aprendizaje desde la perspectiva de la psicopedagogía. Los resultados obtenidos con esta investigación mostraron que el conocimiento y la participación de la psicopedagogía sobre la EPOC debe difundirse mejor en el entorno escolar y familiar. Las habilidades afectadas de una manera lúdica, mediando el tema en su proceso de aprendizaje. Finalmente, está claro que los estudios científicos sobre la EPOC en el campo educativo carecen de investigadores que tengan una comprensión profunda dentro del contexto psicopedagógico, ya que hay pocos hallazgos en la literatura más allá de la terapia del habla. Existen muchas bases teóricas y prácticas para el apoyo en el área clínica. Se cree que la psicopedagogía, en la apropiación del conocimiento sobre la EPOC, puede ofrecer estrategias que ayudarán a las intervenciones psicopedagógicas a las personas con trastorno del procesamiento auditivo central de una manera satisfactoria y eficiente.

Palabras clave: Trastorno del procesamiento auditivo central; Psicopedagogía; Enseñanza; Aprendizaje.

1. Introdução

O Distúrbio de Processamento Auditivo Central (DPAC) é uma desordem devido a qual o indivíduo ouve normalmente, ou seja, seu aparelho auditivo está dentro da normalidade, mas tem dificuldades em compreender os sons e suas perdas sonoras estão no processamento da informação recebida, que pode ser afetada pela inabilidade causada por danos da capacidade biológica ou por falha nas experiências com o meio acústico (Asha, 2005).

Com o presente trabalho teórico objetiva-se analisar a importância da identificação precoce do DPAC e suas interferências na aprendizagem.

A importância da identificação precoce das interferências na aprendizagem do sujeito com DPAC evidencia-se tendo em vista que a desordem pode levar a criança a apresentar dificuldade nas linguagens oral e escrita, na concentração, memória, no desempenho escolar e na interação social, dificultando a compreensão da fala se houver ruídos (Zalcman & Shochat, 2007).

O DPAC tem provocado inúmeras discussões entre pais, educadores e demais profissionais de áreas afins, que, talvez por falta de informações, associam essas dificuldades

com preguiça, má alfabetização, desmotivação para as tarefas escolares, entre várias outras (Pereira, 2018). A partir dessas colocações, é preciso traçar mecanismos que oportunizem o aprimoramento das habilidades do processamento auditivo central para os alunos que apresentam essa desordem.

O foco da pesquisa foi contribuir de forma eficaz com pais, professores e profissionais multidisciplinares para a identificação dos sintomas do DPAC no sujeito com dificuldade de aprendizagem, para efetivar o devido encaminhamento e obter um diagnóstico precoce. Esse prognóstico deve ser realizado a partir de testes, exames e avaliação do Processamento Auditivo Central (PAC). Entretanto, apenas os profissionais responsáveis é que poderão diagnosticar e informar o parecer final.

2. Metodologia

O caminho metodológico delineado na pesquisa incidiu em uma análise ao abrigo da abordagem qualitativa, e, como método, elegeu-se a pesquisa bibliográfica, visto que é uma das fases da investigação científica, que se concretiza num trabalho minucioso e detalhado, que demanda tempo, empenho e atenção do pesquisador.

Compreende-se, por pesquisa bibliográfica, a revisão da literatura sobre as teorias fundamentais que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que denominamos de levantamento bibliográfico, ou revisão bibliográfica, a qual pode ser efetivada por meio da leitura de livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet, entre outras fontes (Bocato, 2006).

A revisão de literatura apresenta diversos objetivos, entre os quais, podemos mencionar: Possibilitar um aprendizado sobre determinado campo do conhecimento; promover o reconhecimento de métodos e técnicas a serem empregados pelo pesquisador; proporcionar recursos para a redação da introdução e revisão da literatura e para a escrita da discussão do trabalho científico.

Entretanto, na busca da vantagem que uma boa revisão bibliográfica possa disponibilizar a um pesquisador, muitas vezes, os caminhos percorridos para nele chegar apresentam suas dificuldades, desta forma, é preciso apresentar os caminhos que o pesquisador percorreu para realizar sua pesquisa bibliográfica (Volpato, 2000).

Volpato (2000) afirma que, antes de dar início à pesquisa bibliográfica, é essencial que se defina, de forma clara, o tema da pesquisa. Nessa etapa, o pesquisador deve elaborar um título para o seu levantamento bibliográfico e discernir quais termos expressam o seu conteúdo.

Definido o tema, o passo seguinte é procurar o material bibliográfico, que pode ser achado em três tipos diferentes de fontes de informação: as fontes primárias, as secundárias e as terciárias.

Lembrando que, no presente caso, foram utilizadas as fontes primárias, que incluíram os trabalhos originais, publicados pela primeira vez pelos autores, como teses universitárias, livros, relatórios técnicos, artigos em revistas científicas, entre outros (Santos, 2001; Lima & Miotto, 2007).

A principal finalidade das fontes primárias é apresentar informações completas destinadas a aprofundar o conhecimento sobre determinada temática, por meio de dados confiáveis sobre o problema pesquisado.

3. Resultados e Discussão

A Desordem do Processamento Auditivo Central

A criança inicia o processamento das informações já no ventre materno. Quando começa a interagir com o mundo à sua volta, pode aperfeiçoar esse processo, inclusive a partir de sua entrada na escola. Nesse ambiente, fica mais fácil para os pais e professores detectarem de forma precoce as alterações no PAC. Uma vez que a maturação do sistema auditivo ocorre nos primeiros anos de vida (Katz, 1999), o diagnóstico antecipado é crucial para intervir nessa desordem e reparar, os comprometimentos que o DPAC trará para a vida acadêmica desse indivíduo.

O impacto dessa desordem na linguagem e na vida diária desse sujeito pode variar de ouvinte para ouvinte, nas mais diversas situações do cotidiano (Pereira & Schochat, 1997). A criança com DPAC pode apresentar inúmeras queixas escolares e familiares relacionadas à sua comunicação e aprendizagem, como, por exemplo, atraso no seu desenvolvimento escolar; escuta comprometida; falta de concentração e atenção; esquecimento; não conseguir executar instruções orais complexas; ser dispersa, agitada ou muito quieta (Pereira, 2018).

O déficit é denominado, em alguns estudos científicos, como Distúrbio (DPAC), Transtorno (TPAC) ou Perturbação (PPA). O DPAC é caracterizado pela deficiência das habilidades auditivas, devido à dificuldade no processamento das informações acústicas pelo sistema nervoso central (Asha, 2005). Pode estar associado com doenças do desenvolvimento (autismo, dislexia, otites, privação sensorial) e doenças neurológicas (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, doenças do comportamento, esclerose múltipla), segundo Katz (1999).

Para Pereira & Schochat (1997), as manifestações comportamentais são alterações no processamento auditivo central das crianças em fase de desenvolvimento infantil, quanto a: “Comunicação oral, escrita, a socialização, problemas com o desempenho escolar e audição” (p. 43).

O Tratado de Audiologia Clínica considera-o um déficit associado a vários problemas e dificuldades de aprendizagem, como: quebra em um ou mais aspectos do processamento auditivo central; dificuldades com fonemas; e limitação na compreensão da leitura e escrita. Considera, também, características familiares, como, por exemplo, um dos pais ter apresentado problemas semelhantes na juventude. No caso de gêmeos, há a hipótese de o fator genético influenciar nessa desordem (Katz 1999).

Para Nunes (2015), a desordem é uma Perturbação do Processamento Auditivo (PPA), e identifica, nessa perturbação, as competências que estão alteradas, como dificuldades na localização sonora e lateralidade; na discriminação auditiva; no reconhecimento dos padrões auditivos e percepção dos aspectos temporais. Essas dificuldades podem abranger a resolução, o mascaramento, a integração e a ordenação temporais; o desempenho diante da degradação de sinais acústicos e a percepção de sons. Mesmo com as dificuldades auditivas expressas, na maioria das vezes, as crianças com PPA apresentam limiares normais de audição e ausência de alterações cognitivas.

Para Pereira (2018), essa desordem é um transtorno que a criança apresenta por ter dificuldades em lidar com as informações que chegam através da audição, pela questão funcional do seu sistema nervoso central. Sua dificuldade é de interpretação, pois não processa de forma prática o som que chega aos ouvidos. Relaciona as dificuldades diárias, como questões comportamentais e no desempenho escolar, à compreensão da linguagem.

Os pesquisadores trazidos nesta sessão concordam que o termo desordem é usado para conceituar o DPAC. Atribuem que o distúrbio acomete o processamento das informações, levando o sujeito a ter dificuldade na compreensão dos sons que chegam pela audição, porém, é capaz de detectar ruídos, por não apresentar surdez. No entanto, há um comprometimento na interpretação dos sons à sua volta, causando-lhe prejuízos ao desenvolvimento próprio, à comunicação, linguagem e interação social.

Diversos autores classificam as características do DPAC como “dificuldade” ou “déficit”, visto que o sujeito que apresenta esse déficit, ou dificuldade, é capaz de detectar os sons, mas não compreendê-los. Essa falta de interpretação sonora poderá acarretar prejuízos ao seu desenvolvimento, e diversas outras características (Katz, 1999; Bellis, 2015; Nunes, 2015; Pereira, 2018).

As características do indivíduo com DPAC são destacadas a partir do processo de alfabetização visível quando a criança apresenta as dificuldades listadas no Quadro 1.

Quadro 1: Características apresentadas pelo sujeito com DPAC.

Dificuldades	Características
DECODIFICAÇÃO	Dificuldade de aprender por estar num ambiente ruidoso, no qual sua atenção fica comprometida, além da dificuldade de concentração, deixando o sujeito disperso, agitado ou distraído; apresenta dificuldade de socialização, e sua interação com o meio social poderá ser afetada
CODIFICAÇÃO	Dificuldade de entender, por não conseguir ouvir as informações corretamente, porém, percebe todos os sons à sua volta, distraíndo-se facilmente, ou com respostas inconsistentes, além de dificuldade em seguir e executar instruções orais ou escritas. É “onde estão as memórias secundárias que contêm conhecimento sobre fonologia, sintaxe, semântica etc.”. Não capta corretamente ordens, regras e significado das palavras; não entende palavras de duplo sentido; inverte letras ao escrever
ORGANIZAÇÃO	Dificuldade de aquisição do conhecimento formal e a organização dos sons da fala em uma sequência particular determinada pelas regras da língua, por exemplo, b, d, p, q, ou sons semelhantes e disgrafia

Fonte: elaborado pela autora com base em Pereira & Schochat (1997, p. 53).

Essas dificuldades evidenciam-se nesse período do desenvolvimento, pela necessidade dessa criança utilizar várias funções executivas (memória e figura-fundo, por exemplo) para controlar seus pensamentos, suas emoções e ações do cotidiano, principalmente escolar (Pereira, 2018).

As características são déficits com sintomas comportamentais apresentados de forma distinta entre os sujeitos, pois depende de quais habilidades auditivas estão comprometidas. Classificados em dois modelos: “Subperfis primário (Decodificação, Prosódia e Integração) e secundário (Associativo – Linguístico e Organização de Saída/Resposta) nas seguintes manifestações comportamentais (Pereira, 2018, p.14)”. São eles: Déficit de decodificação auditiva; Déficit de integração auditiva; Déficit de prosódia ou não verbal – é quando a criança apresenta problemas na linguagem no que se refere à entonação, intenção, ao ritmo musical, à reprodução de melodia, entre outros; Dificuldade em executar uma leitura silenciosa; extrair a sílaba tônica das palavras; o vocabulário é limitado e o uso das regras de pontuação fica prejudicado, não obedecendo, na leitura e escrita, às entonações e pontuações necessárias. Os maiores atrasos manifestam-se nas aulas de Português, Matemática, Música e Artes, devido ao déficit de associação auditivo-linguístico, e de organização de saída/resposta.

Considerando as características antes descritas, pode-se afirmar que é de suma importância o papel da família, escola e de profissionais multidisciplinares para a identificação dessas características na criança com DPAC. O diagnóstico precoce ajudará o sujeito que

apresenta os sintomas a ter uma orientação adequada para suas dificuldades; facilitará para o professor trabalhar suas intervenções em sala de aula; os pais compreenderem seus filhos; e os demais profissionais disporem de uma atuação terapêutica adequada para trabalhar com essa desordem do processamento, contribuindo de forma eficiente para o aprendizado dessa criança.

3.1. Importância da identificação precoce do Distúrbio do Processamento Auditivo Central e suas interferências na aprendizagem

O ato de diagnosticar faz-se necessário para determinar uma doença, ou um transtorno, pois com a investigação, torna-se possível buscar soluções, tratamentos e cura. Quanto antes for identificado o transtorno, melhor será seu tratamento. A partir dos sintomas apresentados, inicia-se uma apuração, que é muito importante para definir com os profissionais responsáveis um diagnóstico da doença ou do transtorno.

No DPAC, existem muitas dificuldades para identificar os sintomas e chegar a um diagnóstico, pois, conforme Pereira (1997), são recentes os estudos sobre a PAC, que tem atraído cada vez mais pesquisadores de diferentes áreas (neurologistas, pediatras, otorrinolaringologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, entre outros), com enfoque multidisciplinar para trabalhar em conjunto e contribuir para o diagnóstico do DPAC e as devidas intervenções, como também para evitar um diagnóstico equivocado, pois essa desordem apresenta algumas características que podem ser confundidas facilmente com outros transtornos, como o déficit de atenção e a dislexia.

Envolver as mais diversas especialidades médicas e educacionais contribuirão para o desenvolvimento dessa criança, pois fica cada vez mais evidente a presença de criança com DPAC nas escolas e nos consultórios médicos, necessitando desse diagnóstico para melhorar as orientações terapêuticas e educacionais.

O diagnóstico surge a partir do envolvimento da criança com o mundo letrado, quando acontecerão as primeiras suspeitas para os sintomas do DPAC, identificados por dificuldades de aprendizagem, iniciada na alfabetização. Dificuldade de compreender a professora no ambiente ruidoso da sala de aula e déficit no desempenho escolar são alguns desses sintomas.

Para que a identificação do DPAC ocorra adequadamente, são realizados alguns exames neurológicos e fonoaudiológicos; testes das habilidades auditivas; e avaliação do PAC para detectar a desordem. Pereira & Shochat (1997); Kats (1999); Pereira (2018) trazem o diagnóstico por meio de testes específicos realizados por fonoaudiólogos. A avaliação do PAC deve ser feita a partir do exame de audiometria.

Katz (1999) fala da importância do audiologista, especialista responsável por realizar o teste audiométrico, que cataloga os déficits funcionais do sistema nervoso auditivo central, verificando o funcionamento dessas vias a partir da região periférica até a região central. No resultado desse exame constará se a audição desse sujeito apresenta lineares normais, leves, moderados, ou até severos, de surdez.

Para Pereira & Schochat (1997), a audiometria traz um caráter quantitativo para a avaliação da PAC, pois mostra o som mais baixo que esse sujeito é capaz de ouvir; e esse exame ainda é capaz de classificar a audição. Já a avaliação do PAC é qualitativa, pois pesquisará as habilidades auditivas, simulando escutas direcionadas para a compreensão e interpretação auditivas.

Pereira & Schochat (1997) também apresentam quais são os testes, suas características e o período de aplicação, de acordo com cada idade do desenvolvimento infantil. As modalidades de testes estão discriminadas no Quadro 2.

Quadro 2: Teste em crianças com idades de 3 e 4 anos.

Idade Aplicada	Período Aplicado	Características do Teste Aplicado
3 anos e meio a 4 anos e meio	Nesse período, é muito difícil avaliar a criança, sendo possível apenas realizar alguns testes	Localização sonora em cinco direções Memória sequencial verbal e não verbal (utilizando três instrumentos barulhentos) Reconhecimento de monossílabos e de frases com figuras (PSI) Testes específicos relacionados com a relação sinal/ruído +5dB (5dB positivo e 10dB negativo)
4 anos a 7 anos	Nesse período, começa a ficar mais fácil encontrar o diagnóstico, pois a criança já tem alguma maturidade no seu desenvolvimento sensorial e no educacional, pois esse indivíduo já tem acesso ao ambiente escolar	Inclui os testes especiais de localização, de memória sequencial verbal e não verbal; A partir dos seis anos, utilizam-se os testes específicos (PSI) em português; caso a criança esteja colaborando, pode-se acrescentar o teste dicótico de dissílabas
8 anos de idade em diante	A partir desse período, os testes tornam-se mais complexos, respeitando as etapas do desenvolvimento do sistema auditivo, quando essa criança interagirá de forma mais eficiente	Sugere-se realizar em ambulatório dos Distúrbios da Audição Testes especiais de localização e memória sequencial verbal e não verbal, com quatro objetos Testes específicos em (SSI) em português Testes de escuta, memória ou fala filtrada Testes de escuta monótica com sílabas (consoantes/vogal, dissílabas - SSW) e sons não verbais Testes de figura-fundo para sílabas e palavras Testes direcionados para a orelha direita e a esquerda, tanto com sons verbais como não verbais

Fonte: elaborado pela autora com base em Pereira & Schochat (1997, p. 50).

Diante dos resultados a partir dessa idade, com as provas e o teste específico, o

fonoaudiólogo será capaz de fechar o diagnóstico de DPAC nesse sujeito.

É de suma importância que os profissionais multidisciplinares tenham conhecimento desses testes para que possam criar condições e intervenções capazes de melhorar as habilidades auditivas e interferir diretamente no desempenho da criança, tanto em sua comunicação como também nas questões sociais, educacionais e psíquicas desse sujeito. Esse diagnóstico precoce é muito importante, pois tornará possível melhorar o desempenho escolar, contribuindo para uma melhor reabilitação terapêutica e fonoaudiológica (Pereira, 1997).

Na perspectiva educacional, deverá ser realizada uma investigação com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, que buscarão os sintomas e as características do DPAC desse aluno que apresenta dificuldade de aprendizagem. Os profissionais de educação, no âmbito escolar, serão os responsáveis por encaminhar as crianças para uma avaliação multidisciplinar, visto que, por meio de suas observações diárias em sala de aula, são capazes de identificar alguns sintomas e contribuir de forma eficaz para que se realize o diagnóstico precoce.

Pereira (2018) acrescenta orientações gerais para o ambiente educacional, que devem auxiliar pais e professores na identificação dos sintomas do DPAC de crianças, observando e investigando, dentre outras características, se:

- Apresentam dificuldade de atenção e audição em ambiente ruidoso;
- Apresentam falta de concentração, memória e agitação excessiva;
- Parecem não escutar os comandos da professora, mas ouvem todos os sons à sua volta, distraíndo-se facilmente;
- Têm dificuldades em ouvir histórias, realizar brincadeiras com regras e ordens;
- Demonstram confusão ao relatar fatos;
- Apresentam esquecimento frequente;
- Apresentam erros de linguagem oral e escrita;
- Têm alterações nos sons da fala e trocam alguns fonemas;
- Têm interação social comprometida;
- Apresentam baixo rendimento escolar.

Como pais e professores não podem realizar o diagnóstico da DPAC, deve-se iniciar uma investigação a partir dos ambientes escolar e familiar, no intuito de conhecer e entender como está o comportamento dessa criança em lugares ruidosos; seu desenvolvimento

acadêmico; e sua interação com o outro. O desafio é constante, principalmente para os docentes, pois precisam estar atualizados sobre o que é DPAC e quais seus sintomas (Pereira, 2018).

Por ser ainda incipiente o conhecimento dos professores sobre a relação entre o DPAC e a aprendizagem escolar, fazem-se necessárias discussões sobre esse tema, no contexto escolar, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o assunto e fomentar os benefícios aos alunos, estimulando, assim, o trabalho conjunto de profissionais, professores e família.

3.2. Identificação Precoce do DPAC e a Psicopedagogia

Atualmente, família e escola passam por transformações em suas relações, no tocante às questões sociais, educacionais, culturais e tecnológicas, na busca por melhores condições e qualidade de vida (Nunes, 2015); assim, são consideradas como instituições sociais responsáveis pela instrução e socialização do ser humano.

Essas duas instituições precisam trabalhar em conjunto, para tornar possível o diagnóstico precoce. A preocupação é identificar, logo no início, os transtornos que afetam a aprendizagem de seus filhos e alunos, tarefa ainda mais relevante para pais e professores que buscam incessantemente por avaliações e metodologias de reabilitação desses distúrbios, com o intuito de melhorar suas práticas e o manejo para que esses indivíduos tenham suas necessidades atendidas (Paín, 1989).

Escola e família precisam construir e fortalecer laços afetivos com as crianças para que sejam gerados vínculos (Wallon, 1995) que ajudem na observação, orientação e identificação dos sintomas das dificuldades ou transtornos apresentados por esses indivíduos. Assim, poderão realizar as devidas intervenções na aprendizagem desse sujeito, de forma satisfatória, considerando-se que na infância é que ocorre o desenvolvimento amplo (Piaget, 1982).

Desde os primeiros momentos de vida do indivíduo, a família, informalmente, desempenha o papel de cuidar e educar. São apresentados hábitos, valores e normas, que o nortearão em seu processo de desenvolvimento. A partir de um ensino formal, adquirido em instituições de ensino, esse sujeito consolidará, de forma significativa, suas aprendizagens, previamente adquiridas, tornando-se protagonista do seu conhecimento, com a família e a escola atuando como copartícipes desse processo (Libâneo, 2005; 2009).

Considerando o ato de educar uma ação desafiadora, essas duas instituições, a escola e família, precisam unir-se para possibilitar a identificação dos sintomas e realizar, a contento, as intervenções necessárias. A criança que apresenta suspeita de DPAC, ou que já foi diagnosticada, requer da escola e da família uma relação de proximidade (Pereira, 2018), pois,

juntas, contribuirão de forma efetiva, para que sejam realizadas as intervenções fundamentais e apropriadas, modificando o cotidiano desse sujeito.

Lagrotta & César (1997) destacam alguns sinais que podem ajudar a escola, família e os profissionais multidisciplinares na identificação dos sintomas do DPAC, a seguir enumerados: A criança é desatenta; Não consegue se localizar sonoramente; Tem dificuldade em memorizar; Apresenta reação exagerada para sons intensos; Sua reação é lenta, ao responder a estímulos auditivos; É bastante agitada ou, ao contrário, muito quieta; Apresenta dificuldade em acompanhar conversas, quando há ruídos externos; Tem dificuldade de leitura, confunde a ordem dos fatos, ou não compreende a história; Fica confuso ao narrar uma história; Não compreende anedota de duplo sentido; Confunde alguns fonemas e faz troca letras; Tem dificuldade em transmitir mensagens; Apresenta maior dificuldade com os conteúdos de Matemática e Português, demorando muito para conseguir a ler e escrever; Confunde-se em distinguir a direita da esquerda; Solicita a repetição das informações mais de uma vez; Procura sempre pistas visuais no rosto de quem está falando; Tem histórico de otites por repetição na primeira infância.

Esses são alguns sintomas que o educador, ou familiar, poderá identificar de forma precoce, nas crianças com o DPAC. Ao perceber alguns dos sintomas, o responsável deverá encaminhar essa criança para uma avaliação multidisciplinar, se possível, solicitar indicação para a PAC. Assim, escola e família contribuirão de forma efetiva na realização precoce desse diagnóstico.

Para obter o diagnóstico de DPAC, também é necessária a avaliação com um psicopedagogo, que aplicará alguns testes (Pereira, 2018): De lateralidade (direita, esquerda, mista); Para avaliar a aquisição das habilidades (organizações espacial e temporal, discriminação e percepções visual e auditiva, memória tátil e cinestésica, memória imediata e de longo prazo, organização de figuras e praxias orofaciais); Teste de leitura (segmentação de palavras – sons unitários e em sílabas, grupos consonantais, dígrafos, vocabulário adquirido, leituras oral e silenciosa, com compreensão e habilidade para a aquisição fonológica); Testes de linguagem escrita (ditado, escrita espontânea e material escolar). São solicitados parecer neurológico e teste de audição, através da audiometria.

Além dessas duas instituições, a escola e família, o indivíduo precisa de apoio de psicopedagogo, audiologista e fonoaudiólogo, dentre outros, para realizar uma investigação detalhada das estratégias e avaliações relacionadas à identificação e realização de um diagnóstico precoce para DPAC.

A Psicopedagogia, atualmente, tem fundamental papel na identificação dos transtornos

que afetam a aprendizagem dos indivíduos. O objeto de estudo da Psicopedagogia é a aprendizagem (Fernández, 2001); o psicopedagogo trabalha com a hipótese de diagnóstico, com seu olhar abrangendo as causas das dificuldades de aprendizagem. Seu campo de atuação ocorre na prática clínica, de forma individual ou grupal, e em prática preventiva, atuando nas instituições a partir das dificuldades apresentadas e evitando o aparecimento de outras.

Para Visca (1987), a Psicopedagogia completa o processo de aprendizagem nos parâmetros de recursos para o diagnóstico e para ações preventivas relacionadas ao ato de aprender.

Portanto, os autores supra mencionados entendem a Psicopedagogia como uma área que ultrapassa as fronteiras da Psicologia e da Pedagogia e se vincula com a aprendizagem humana em uma atuação clínica e preventiva (Bossa, 2000 & Chamat, 2004).

Para fazer um levantamento de hipótese diagnóstica do indivíduo, o psicopedagogo precisa realizar testes e avaliações, com a finalidade de observar como se encontram as áreas de aprendizagem desse sujeito. São algumas condições necessárias para a aprendizagem: “Saúde física e mental; maturação; prévio domínio (currículo oculto), motivação/afeto; atenção; memória e integração social” (Fernández, 2001, p. 51).

O processo de diagnóstico da Psicopedagogia é o levantamento de hipóteses. Uma boa hipótese explica uma grande quantidade de dados observáveis, que são originados de diferentes níveis de análise ou obstáculos, conforme explica Fernández (2001): Os Obstáculos Epistêmicos (Cognitivos) – quando a criança não pode aprender além do que sua estrutura cognitiva permite; Os Obstáculos Epistemofílicos (Emocionais) – quando o vínculo afetivo que o aprendiz estabelece é com os objetos e as situações de aprendizagem; Os Obstáculos Epistemológicos (Meio Cultural) – relacionam-se ao meio cultural em que o aprendiz está inserido, passando de menos favorecido para o meio mais favorecido; Os Obstáculos Funcionais (Funções e Estruturas do Pensamento) – diferenças de funcionalidade da estrutura do pensamento, nos aspectos figurativo e operativo.

Portanto, pode-se compreender que o objetivo da Psicopedagogia é o trabalho nas modalidades clínica e preventiva. No âmbito clínico, o psicopedagogo, antes de iniciar o processo terapêutico com esse indivíduo, necessita fazer uma avaliação diagnóstica para conhecer quais são as características e possíveis causas da queixa apresentada pela família, ou escola, dos sintomas do DPAC.

4. Considerações Finais

O DPAC acontece quando o sujeito escuta, mas não compreende o som, ou seja, é um transtorno que afeta a capacidade em lidar com as informações que chegam pela audição, em decorrência de uma questão funcional do sistema nervoso central. Sua dificuldade é de interpretação, pois não processa de forma prática o som que chega aos ouvidos. O DPAC manifesta-se nas situações diárias, como nas questões comportamentais e no desempenho escolar, por meio da compreensão da linguagem.

O diagnóstico precoce, a partir do envolvimento da criança com o mundo letrado, é de suma importância, pois esse ambiente favorece as primeiras suspeitas para o sintoma de DPAC, identificado a partir das dificuldades de aprendizagem iniciadas na alfabetização.

A identificação do DPAC deve acontecer, em conjunto, com duas instituições: a escola e família, que precisam estar atentas e buscar por ajuda especializada quando os sintomas ficarem evidentes. Esse auxílio virá de diversos profissionais multidisciplinares, pois o médico concede o diagnóstico e o psicopedagogo faz o levantamento de hipóteses diagnósticas, a partir dos sintomas, e intervém conduzindo esse indivíduo nas questões da aprendizagem.

Os resultados obtidos com esta pesquisa mostraram que o conhecimento e envolvimento da Psicopedagogia sobre o DPAC precisam ser melhor difundidos nos meios escolar e familiar, por ser de suma relevância que a Psicopedagogia se aproprie dos conhecimentos e das intervenções sobre o DPAC, por meios terapêuticos específicos para trabalhar de forma lúdica as habilidades afetadas, mediando o sujeito em seu processo de aprendizagem.

O presente estudo propôs-se apontar a importância da identificação precoce do diagnóstico do DPAC e suas interferências na aprendizagem a partir da ótica da Psicopedagogia, fundamentada na bibliografia e na experiência das autoras, com o desígnio de evidenciar o papel da psicopedagogia. Não há incerteza que os objetivos foram conseguidos. Porém, faz-se necessário apontar algumas limitações como a ausência de textos científicos que apontem a visão da psicopedagogia sobre o DPAC.

Por fim, percebe-se que os estudos científicos sobre o DPAC, na área educacional, carecem de pesquisadores que tenham um aprofundamento dentro do contexto psicopedagógico, pois, na literatura, são poucos os achados para além da fonoaudiologia, com muitos embasamentos teóricos e práticos para apoio na área clínica. Acredita-se que a Psicopedagogia, na apropriação dos conhecimentos sobre o DPAC, poderá oferecer estratégias que auxiliarão, de formas satisfatória e eficiente, as intervenções psicopedagógicas aos indivíduos que convivem com o distúrbio.

Diante de tal constatação, sugere-se que novas pesquisas, dentro da clínica psicopedagógica, sejam planejadas, já que a urgência de estudar com profundidade o assunto emerge cada vez mais forte, nos contextos educacionais. O comprometimento no aprendizado e a demora no diagnóstico podem gerar impactos ainda maiores na vida escolar do aluno.

Referências

Asha. (2005). Central Processing Disorders. American Speech and Hearing Association (Asha). Recuperado de <http://www.asha.org/members/deskref-journals/deskref/default>.

Bellis, T. J. (1997). Assessment and management of central auditory processing disorders in the educational setting. Califórnia: Thomson Delmar Learning. In: NUNES, C. L. Processamento auditivo – conhecer, avaliar e intervir. Lisboa, Portugal: Papa-Letras, 2015.

Bocato, V. R. C. (2006). Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, 18(3), 265-274.

Bossa, N. A. (2000). A psicopedagogia no Brasil: Contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed.

Chamat, L. S. J. (2004). Técnicas de diagnóstico psicopedagógico: o diagnóstico clínico na abordagem interacionista. São Paulo: Vetor.

Fernandez, A. (1991). A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artmed.

Fernandez, A. (2001). Os idiomas do aprendente. Porto Alegre: Artmed.

Katz, J. (Ed.) (1999). Tratado de audiologia clínica. São Paulo: Manole, 1999.

Lagrotta, M. G. M., & César, C. P. H. A. R. (1997). A fonoaudiologia nas instituições. São Paulo: Lovise, 1997.

Libâneo, J. C. (2005). Organização e gestão da escola: teoria e prática. São Paulo: Alternativa.

Libâneo, J. C., Oliveira, J. F., & Toschi, M. S. (2009). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez.

Lima, T. C. S., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál., Florianópolis, 10, 37-45.

Nunes, C. L. (2015). Processamento auditivo – conhecer, avaliar e intervir. Lisboa, Portugal: Papa-Letras.

Paín, S. (1989). Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas.

Pereira, H. K. (2018). Transtorno do processamento auditivo central: orientação a família e a escola. São José dos Campos/SC: FCEE.

Pereira, L. D., & Schochat, E. (1997). Processamento auditivo central: manual de avaliação. São Paulo, Lovise.

Piaget, J., & Inhelder, B. E. (1982). A sociologia da criança. São Paulo: Difel.

Santos, A. R. (2001). Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A.

Visca, J. (1987). Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente. Porto Alegre: Artes Médicas.

Volpato, E. S. N. (mar./abr. 2000). Pesquisa bibliográfica em ciências biomédicas. J. Pneumol., São Paulo, 26(2), 77-80.

Wallon, H. (1995). As origens do caráter da mente. São Paulo: Nova Alexandria.

Zalcman, T. E., & Schochat, E. A. (2007). Eficácia do treinamento auditivo formal em indivíduos com transtorno de processamento auditivo. *Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol.*, 12, 310-14.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Merysany Silva dos Santos – 40%

Lídia Andrade Lourinho – 40%

Sanymary Silva dos Santos – 20%